

Comunicado - NOVACAP/PRES/NLC

**RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO**

**Referência:** Procedimento Licitatório Presencial nº 008/2024 - NLC/PRES

**Objeto:** Contratação integrada de empresa ou consórcio, com vista à elaboração dos projetos básico e executivo de engenharia; compatibilização de projetos e elaboração de as built; obtenção de licenças, outorgas e aprovações; execução de obras e serviços de engenharia; montagem, realização de testes, comissionamentos, pré-operação e demais operações necessárias e suficientes para instalação de equipamentos e mobiliários; e à entrega final, em condições de funcionamento, compreendendo a etapa 2 (Foyer da Sala Villa-Lobos, Espaço Cultural Dercy Gonçalves e Sala Alberto Nepomuceno) e a etapa 3 (Sala Villa Lobos), das obras de reforma com restauro Teatro Nacional Claudio Santoro (TNCS), situado na Via N2 do Eixo Monumental, Setor Cultural Norte, Asa Norte, Plano Piloto/DF

**1. DA INTRODUÇÃO**

1.1. O Procedimento Licitatório Presencial nº 008/2024 - NLC/PRES teve seu edital publicado em 18 de dezembro de 2024. A abertura do certame estava prevista para 28 de fevereiro de 2025, mas foi suspensa pelo TCDF, conforme Aviso de Suspensão (164253630). Assim, informamos que caberá aos licitantes acompanhar o andamento do certame.

1.2. Foi apresentado o seguinte pedido de impugnação, conforme Doc. SEI/GDF nº 164006921.

1.3.

**2. DA TEMPESTIVIDADE**

2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente impugnação, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

**3. RELATO**

3.1. Tratando-se de um aspecto eminentemente técnico, os autos foram encaminhados à área demandante, nos termos do Despacho nº 164007705.

3.2. Em resposta, a área técnica exarou a Nota Técnica 8 (164212667).

3.3. Em suas razões, a empresa pugna por:

DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE	DA RESPOSTA
<p>A Impugnante, no exercício do legítimo interesse público vem por meio desta oferecer a presente impugnação tendo em vista que o presente certame dispõe cláusulas que comprometem o tratamento isonômico dos Licitantes.</p> <p>Com efeito, o exame rigoroso do edital revela situação que merece urgente reparo pela autoridade administrativa elaboradora do instrumento convocatório, pois cria óbice à própria realização da disputa, contrariando todo dispositivo legal em total dissonância com os princípios basilares da administração pública.</p> <p>Sob esse enfoque, cabe ressaltar que a licitação pública é processo seletivo, mediante o qual a Administração Pública oferece igualdade de oportunidades a todos os que com ela queiram contratar, preservando a equidade no trato do interesse público.</p> <p>E mais, o art. 2º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NOVACAP, dispõe: São princípios aplicáveis às licitações e aos contratos celebrados pela NOVACAP aqueles que visem a assegurar as diretrizes previstas nos arts. 31 e 32 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, em especial os princípios da integralidade, da legalidade, da impessoalidade, da igualdade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo, além das seguintes diretrizes: I - assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância, a fim de evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento;</p> <p>Como se sabe, o princípio da igualdade desdobra-se em duas obrigações impostas ao agente público: a primeira, de não admitir, prever, incluir ou tolerar cláusulas ou condições capazes de frustrar, restringir ou direcionar o caráter competitivo do procedimento licitatório, bem como de especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias; a segunda, de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame.</p> <p>Assim, os fundamentos jurídicos aqui expostos constituem proteção ao interesse público, razão esta suficiente, a proclamar a retificação do edital, como será demonstrado a seguir:</p> <p><b>II. DO DIREITO – DAS RAZÕES QUE ENSEJAM A RETIFICAÇÃO DO EDITAL</b></p> <p><b>DO CARÁTER SUBJETIVO</b></p> <p>O exame detalhado do edital revela que no item 14.1.1 do termo de referencia “A PROPONENTE deverá comprovar a Capacidade Técnico-operacional (da empresa), por meio da apresentação de um ou mais atestados, em nome da EMPRESA</p>	<p>Frisa-se inicialmente que o Certame em tela é regido pela Lei nº 13.303/2016 e não pelas Leis nº 8.666/93 (revogada) e 14.133/2021 (exetua as estatais contratantes, que é o caso).</p> <p>No item 14.1.1. do Termo de Referência consta a capacidade técnico-operacional mínima exigida da futura CONTRATADA para execução do objeto do Procedimento Licitatório Presencial nº 008/2024 – NLC/PRES.</p> <p>No que se refere à Proposta Técnica, conforme previsto nas tabelas 3 e 4, a pontuação maior é para licitantes que comprovarem execução de obras em edificações tombadas e no porte compatível com a obra do TNCS, diferenciando aquelas com experiência em edificações tombadas, das demais sem tombamento.</p> <p>A título de exemplo, caso a licitante comprove ter executado Construção OU Reforma com Restauro de teatro OU auditório em edificações tombadas de 9.900 m<sup>2</sup> ou 500 assentos, conforme Tabela 4 do Termo de Referência (158469004), <b>alcançará 6 pontos</b>, ENQUANTO outra licitante, se comprovada a Construção OU Reforma com Restauro de teatro OU auditório em edificações, <b>alcançará 2 pontos</b>.</p> <p><b><u>Dessa forma, não há de se falar em restrição à isonomia, estando as exigências e critérios de avaliação compatíveis com o objeto da licitação.</u></b></p>

PROPONENTE, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante executou serviços com características pertinentes e semelhantes ao objeto licitado, de acordo com o especificado nas características da obra, conforme abaixo especificadas”:

Por exemplo podemos citar o item 1 do item 14.1.1 - Construção OU Reforma de teatro OU auditório. Com área mínima de 9.900 m². Nesse sentido, entendemos que o atestado pode ser de Construção OU Reforma de teatro ou Auditório, ou seja, um ou outro. Não havendo exigências do atestado refere-se a obra tombada.

Porém, nos critérios para pontuação da experiência da empresa, trata de forma divergente, vejamos a seguir:

No item 1 da Tabela 4 - Aduz que: Construção OU Reforma com Restauro de teatro OU auditório em edificações Tombadas.

Frisa-se que, no item anterior, não faz menção da comprovação técnica do licitante ser de obras tombadas.

Assim, pelo que consta na referida tabela a exigência é divergente do item Essa cláusula ou condição restringe e frustra o caráter competitivo do certame, e, por consequência, correspondendo a situação expressamente vedada por lei, nos termos do art. 3º, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993 bem como da novíssima Lei Geral de Licitações promulgada no último dia 1º de abril de 2021 (Lei n.º 14.133/2021 – art. 9º, inciso I, alínea “a”), a saber:

Lei n.º 8.666/1993: Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. § 1º É vedado aos agentes públicos: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5o a 12 deste artigo e no art.

3o da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Lei n.º 14.133/2021: Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei: I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que: a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas.

Em assim sendo, a Administração Pública incorre em grave falta em relação ao princípio da isonomia, princípio este basilar no ordenamento jurídico que rege os processos administrativos e licitatórios. O critério subjetivo acima descrito compromete a disputa e por consequência a seleção da proposta mais vantajosa. Portanto, deve-se considerar que o processo esteja maculado, pois ferindo a isonomia e a impessoalidade o mesmo pode direcionar o certame.

### III. DOS PEDIDOS

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, esta Impugnante, requer, com fulcro no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e admissão desta peça, para que o ato convocatório seja retificado no assunto ora impugnado determinando-se:

1. A reformulação total do referido edital para garantir o tratamento ISONÔMICO aos licitantes;
2. Seja realizada alteração no edital de forma a permitir apresentar atestados técnicos de obras não tombadas, haja vista, o licitante que tem expertise em executar uma obra comum, executada de forma igual uma obra tombada;
3. Que seja republicado o Edital, escoimado dos vícios apontados, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto.

Não sendo acolhido o pleito acima lançado, o que se admite ad argumentandum, que seja emitido posicionamento motivado, endereçando-se o mesmo para julgamento da autoridade superior e intimada a empresa da decisão desta autoridade, nos termos da Lei de Acesso à Informação, e art. 5º XXXIII e XXXIV da Constituição, bem como a lei nº 9.784/99.

Informa, outrossim, que na hipótese, ainda que remota, de não modificado o dispositivo editalício impugnado, tal decisão certamente não prosperará perante o poder judiciário.

3.4. É o breve relatório.

## 4. CONCLUSÃO

4.1. Após a análise da alegação apresentada pela Impugnante, a área técnica concluiu pelo **não acolhimento** da impugnação.

4.2. A presente resposta à impugnação ao Edital ficará disponível e divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 26/02/2025, às 10:01, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=164260651)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=164260651)  
[verificador= 164260651](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0verificador=164260651) código CRC= **B068DE2B**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF  
Telefone(s):  
Site - [www.novacap.df.gov.br](http://www.novacap.df.gov.br)

---

00112-00026025/2024-89

Doc. SEI/GDF 164260651